

5 SET 2001

CORREIO BRAZILIENSE

Direitos Humanos Preto e branco

A Conferência Mundial contra o Racismo, que se realiza em Durban, África do Sul, colocou o assunto na ordem do dia aqui no Brasil. Estive em New Orleans na Louisiana quando a segregação era oficial. Havia bares de brancos e de negros. Restaurantes de uns e outros. Até os banheiros da estação rodoviária obedeciam a regra. Era a lei.

Talvez seja esta política objetiva que permitiu algum progresso no relacionamento entre brancos e negros norte-americanos. Lá era a lei. Aqui é a desversa. Nos Estados Unidos não existe mulato. Se uma pessoa é branca, mas filho de negro, ele é considerado negro. A maneira objetiva de encarar o problema permitiu, posteriormente, algum progresso conseguido à força, é verdade. Nixon iniciou a política que consistia em levar estudantes negros para escolas de brancos e vice-versa.

No Brasil, o preconceito é escondido por piadas e brincadeiras. O resultado é visível. Não existem generais, cardeais, ministros ou autoridades de primeiro escalão que tenham a cor negra. Mas, oficialmente, não há aqui discriminação racial. Essa dissimulação, diante do problema torna sua solução difícil. A ideia de criar cotas para negros pode ser excelente, mas é preciso distinguir negro de branco. Cor da pele não explica tudo. Este é um país da miscigenação racial. Sociedade de mulatos.

Mas discutir o assunto já é um começo de negociação. Refiz, recentemente, a viagem ao sul dos Estados Unidos, que não mais guarda semelhança com a situação que encontrei anos atrás. Os ódios continuam latentes, mas os direitos civis foram estendidos à comunidade negra. Não se vive lá o melhor dos mundos, mas, sem dúvida, a situação é muito superior a que existia antes.